



Projeto Conexão Local 2008

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JURUTI E ENTORNO

Alunos

Fernanda Fagundes Ganança
Luciana Messias Shinoda

Tutor

Claudia Borges

Sumário

1.Introdução	3
1.1.O Local.....	3
1.1.1.A região do Baixo Amazonas	3
1.1.2.Um breve relato sobre o município de Juruti.....	4
1.1.3.A empresa mineradora – ALCOA.....	5
1.1.4.A Alcoa em Juruti	6
2.As transformações em Juruti	7
2.1.Questões Sociais	8
2.1.1.Educação.....	8
2.1.2.Saúde.....	8
2.1.3.Alcoolismo, Drogas e Prostituição	9
2.1.4.Emprego e renda	11
2.2.Questões Ambientais	12
2.2.1.Poluição do ar.....	12
2.2.2.Lixo.....	12
2.2.3.Desmatamento.....	13
2.3.Infra-Estrutura.....	13
2.3.1. Habitação.....	13
2.3.2.Comunicação e Transporte	14
3.Conclusão.....	15
4.Referências bibliográficas	16

1. Introdução

Este relatório é resultado da pesquisa realizada durante três semanas na no município de Juruti – PA. Objetivou-se com este trabalho verificar possíveis mudanças sociais, econômicas e ambientais decorrentes da chegada do projeto de mineração da empresa americana Alcoa no município.

A metodologia de trabalho combinou duas abordagens, uma em que objetivou-se levantar informações por meio de dados secundários coletados em bases de domínio público, como IBGE, TSE, IPEA, entre outros, de forma a criar uma primeira imagem da realidade que seria encontrada. Em seguida, a abordagem utilizada foi a de observação de campo, seguindo a estrutura do Projeto Conexão Local, o qual este estudo de campo faz parte.

Para organizar as idéias contidas neste relatório, ele foi dividido em fundamentalmente em três partes, iniciando-se pela introdução, que descreve a região onde está localizado o município, o Baixo Amazonas; em seguida é feita uma caracterização de Juruti antes da chegada da empresa e uma breve descrição da mineradora Alcoa. Em seguida, serão apresentadas as transformações observadas em Juruti, e também as necessidades do município, nos âmbitos social, ambiental e de infra-estrutura. Para finalizar, serão apresentadas as conclusões. A divisão tem como objetivo tornar mais organizada a apresentação dos diversos pontos que sofreram modificações desde a chegada da Alcoa no município de Juruti, embora muitas vezes se torne difícil classificar uma questão apenas como social ou ambiental.

1.1. O Local

1.1.1. A região do Baixo Amazonas

O presente relatório tem como foco apresentar as mudanças que foram percebidas no município de Juruti após a chegada de uma grande mineradora. Juruti é uma cidade localizada a beira do rio Amazonas, no estado do Pará. Na mesorregião do Baixo Amazonas. Na divisão geográfica o Baixo Amazonas é uma das seis mesorregiões do estado do Pará e compreende as microrregiões de Almeirim, Óbidos e Santarém totalizando quatorze municípios e representa pouco mais que 27% em área do estado do Pará. Sua população representa apenas 9,5% do estado, de forma a apresentar baixa densidade populacional. O IDH da região é de 0,705, mais baixo que o do estado do Pará que é de 0,755, e possui renda per capita de R\$ 3.877,56 em contraste aos R\$ 5.610,00 do estado.



Características geográficas	
Área	340.452,728 km ²
População	695.950 hab. (estimado em 2006)
Densidade	2,0 hab./km ²
Indicadores	
IDH médio	0,705 (PNUD/2000)
PIB	R\$ 2.608.902.190,00 (IBGE/2003)
PIB per capita	R\$ 3.877,56 (IBGE/2003)

Figura 1. Mesorregião do Baixo Amazonas e suas características geográficas

Fonte: Wikipedia

Apesar do pouco destaque de seus índices, a região do Baixo Amazonas possui grande importância em função das riquezas minerais que ali existem e conseqüentemente das atividades de mineração. A Amazônia em si possui diversas possibilidades de riquezas que foram descobertas ao longo dos anos. Santos (2002, p. 128) comenta que pela sua formação existe uma grande variedade de depósitos minerais nessa região como “ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante”. Diante de tanta riqueza, a região amazônica despertou interesse de muitas empresas, do próprio governo e das pessoas em busca novas oportunidades. Isso ocasionou em grandes fluxos migratórios e uma percepção de “desenvolvimento econômico” ao longo dos anos.

O fato que fica como reflexão é exatamente a dificuldade que se percebe na Amazônia de se converter recursos minerais em instrumentos de desenvolvimento socioeconômico. A mineração possui uma especificidade quando comparada às outras atividades econômicas em função do esgotamento do recurso explorado por ela, que neste caso é um recurso não-renovável. Dessa forma, a atividade recebe uma taxa adicional, a compensação financeira pela exploração dos bens minerais (CFEM) ou os chamados royalties, como forma de compensar a diminuição do estoque do recurso. Trata-se de uma forma de repassar parte do valor do recurso mineral que tem o aproveitamento exclusivo da empresa mineradora para a sociedade.

No entanto, a taxa de compensação financeira de exploração de minérios no Brasil é muito baixa, comparando-a a outros países. De acordo com Silva (2006) a taxa varia de 1 a 3% sobre o faturamento líquido da venda do produto mineral, enquanto que por exemplo, nos EUA a taxa varia de 5 a 12,5% sobre a receita bruta. Soma-se a este fato a Constituição de 1988 no qual os recursos minerais tornam-se propriedade da União cabendo aos estados e municípios a aplicação desses recursos. Tem-se como resultado, em função da apropriação desigual do poder político brasileiro, uma compensação pela exploração mineral que reflete apenas os interesses dos atores de maior poder. Desta forma, segundo Monteiro (2004), o município que sofre o processo de extração de suas riquezas minerais não se torna capaz de gerar redes de relações socioeconômicas e também políticas que impulsionem o desenvolvimento.

Segundo Souza (2005), a mineração na região do Baixo Amazonas teve início no fim da década de 1970 e gerou transformações bastante relevantes na estrutura sócio-espacial não apenas do município em que ocorria a extração, mas em toda região de entorno, criando novas configurações urbanas e novos fluxos. Temos como exemplo o Projeto Trombetas da cidade de Oriximiná realizado pela empresa Mineração Rio do Norte. Entre as conseqüências na estrutura e nas relações sócio-espaciais pode-se destacar o crescimento populacional, a mobilidade na força de trabalho antes não identificada, o processo de urbanização e uma mudança na interação na rede regional das cidades. É interessante destacar que o Projeto Trombetas criou um sistema integrado de mina, ferrovia e porto, o que o torna ainda mais próximo do projeto de mineração realizado em Juruti, como será visto mais a frente.

Atualmente, os municípios de Alenquer e Monte Alegre se encontram em fase de prospecção tendo grande potencial de tornarem-se novos centros de mineração gerando novas transformações na dinâmica regional do Baixo Amazonas.

1.1.2. Um breve relato sobre o município de Juruti

Juruti possui uma extensão territorial de 8.303,97 km² o que representa “apenas 0.6655% do Estado, 0.2155% da Região e 0.0977% de todo o território brasileiro” (PMJ, 2007). Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000) Juruti foi instalado como município em 1935 fazendo parte da Microrregião Óbidos e da Mesorregião do Baixo Amazonas.

Seu território é cinco vezes maior que o de São Paulo, porém sua população é 322 vezes menor. Conseqüentemente, a população se encontra bastante dispersa o que resulta em comunidades distantes, e muitas vezes esquecida pelo próprio

governo da cidade. Problemas como falta de comunicação e transporte são bastante comuns na cidade de Juruti como pode ser observado na pesquisa de campo.

Segundo a última contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007, o município possui aproximadamente 34 mil habitantes sendo que em 2000 o IBGE indicou a taxa de urbanização de aproximadamente 34,6% apontando que, neste período, este era um município predominante rural¹. Apesar do porte pequeno, Juruti apresenta problemas bastante complexos, possivelmente resultantes das grandes transformações que ocorreram em um curto espaço de tempo. Problemas como poluição, trânsito, poluição sonora, enfim, problemas típicos de uma cidade com São Paulo, podem ser encontrados em abundância neste pequeno município.

Segundo a Federação das Indústrias do Pará – Fiepa – a região do baixo Amazonas é propícia para a extração do minério dando destaque para os municípios de Oriximiná, Juruti, Alenquer e Monte Alegre, sendo que esses dois últimos encontram-se em fase de prospecção de minério.

Assim como sua região, Juruti é muito rica em minérios tendo destaque a bauxita. A qualidade da bauxita (matéria prima para a produção do alumínio) encontrada e sua facilidade de prospecção em função da pouca profundidade no solo tornou o pequeno município de Juruti em uma área de bastante interesse econômico por parte das mineradoras, como aponta um antigo comerciante e morador local: “Agora Juruti “ta” ficando importante. Tem a Alcoa que já ta levando o nosso minério e a Vale ta chegando aí. “Vamu” vê como vai isso aqui depois que eles forem embora” (Relato de um morador e comerciante de Juruti, 2007).

A partir de 2009, o processo de exploração realizado pela Alcoa será iniciado. Atualmente, a cidade se prepara para essa exploração, e por isso conta com diversas obras que estão sendo realizadas no município, por parte da própria mineradora, entre elas podemos destacam-se a construção da ferrovia, do porto e do beneficiamento – região em que ocorrerá a exploração do minério.

Espacialmente o município pode ser dividido em duas grandes áreas, que são: o centro urbano e as comunidades que ficam distribuídas nos arredores deste centro. Por meio das observações de campo, contactou-se grande movimento na sede do município que pode ser considerada um canteiro de obras em função das inúmeras transformações que o município vem sofrendo. As transformações podem ser observadas nas mudanças do espaço urbano, tais como as construções de novos empreendimentos como hotéis, asfaltamento das ruas, o que conseqüentemente torna as calçadas inviáveis para circulação de pedestre, a grande movimentação no porto, principal área de escoamento de produtos, pessoas, entre outros.

Assim, observa-se inicialmente que o espaço urbano vem sofrendo algumas transformações que impactam diretamente no cotidiano das pessoas que habitam no município, como será visto nos próximos tópicos deste relatório.

1.1.3. A empresa mineradora – ALCOA

As atividades da Alcoa começaram no final do século XIX, quando Charles Martin Hall descobriu uma forma econômica de produzir o alumínio, na época um metal semi-precioso. Após a descoberta Hall conseguiu suporte financeiro em Pittsburgh, e logo fundaria a Pittsburgh Reduction Company, que mais tarde seria Aluminum Company of America, para então tornar-se Alcoa Inc. Hoje a Alcoa completa 120 anos, sendo considerada líder mundial na produção e transformação de alumínio.

¹ A contagem populacional realizada pelo IBGE no ano de 2007 não indicou a porcentagem de população urbana e rural.

O alumínio é utilizado hoje para o revestimento de aeronaves, automóveis, e milhares de outros produtos que necessitam de segurança e leveza. Antes da virada do século a Alcoa aumentou significativamente sua presença global, principalmente por aquisições na Europa e nos Estados Unidos.

A empresa hoje se baseia em sete valores: Integridade; saúde, segurança e meio ambiente; clientes; excelência; pessoas; lucratividade e responsabilidade, e tem como visão “Ser a melhor empresa do mundo”. Quanto aos direitos humanos, a Alcoa afirma respeitar a cultura, costumes e valores das pessoas que vivem nas comunidades em que atuam, levando em consideração suas necessidades, preocupações e aspirações.

A Alcoa possui hoje 97.000 funcionários em 34 países. Todos os dias, no mundo inteiro ela minera 86.300 toneladas de bauxita, refina 41.000 toneladas de alumina, funde 9.575 toneladas de alumínio, recicla 2.300 toneladas de alumínio, fabrica 8.810 toneladas de produtos de alumínio e compra US\$ 27 milhões em bens e serviços. A sua receita de 2007 foi de US\$ 30,7 bilhões.

Dentre os 19 prêmios que a empresa ganhou em 2008, destacam-se o prêmio “Empresa do Bem”, concedida pela revista Isto é Dinheiro, reconhecida na categoria apoio à comunidade, e está entre as “50 empresas mais sustentáveis segundo a mídia”, segundo a revista Imprensa. Em Juruti, a empresa recebeu “Menção Honrosa em Higiene Ocupacional” e “Melhor Case em Trabalho em Altura”, prêmio este ligado a segurança no trabalho.

1.1.4. A Alcoa em Juruti

O interesse da Alcoa pelo empreendimento em Juruti iniciou-se em 2005, quando adquiriu a Reynold Metals. De acordo com a Alcoa, mais do que um projeto de mineração a Mina de Juruti é vista como uma oportunidade de fazer dela uma experiência-modelo de desenvolvimento local sustentável. Dessa forma, iniciou diversos projetos de forma a sustentar esse objetivo.

Para iniciar a prospecção é obrigatório, por lei, elaborar os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA e RIMA). O EIA/RIMA é necessário para todas as atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras. São necessários também três tipos de licença para o empreendimento: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. A elaboração do EIA/RIMA, bem como a necessidade das licenças constam na Resolução CONAMA nº 01/86 e nº 237/97, respectivamente. A Alcoa já realizou o EIA/RIMA e obteve a licença Prévia e a Licença de Instalação em 2005, dando início às atividades de construção apenas em junho de 2006, quando a empresa chegou à Juruti.

Juntamente com as licenças a empresa precisa propor mecanismos para amenizar ou reverter os impactos ambientais, sociais e econômicos identificados nos estudos do EIA/RIMA. Dessa forma inserem-se os Planos de Controle ambientais (PCAs), que abrange também aspectos relacionados às áreas social e econômica. Esse plano deve ser apresentado para a concessão da Licença de Instalação e é condicionante à Licença de Operação (Resolução CONAMA nº 01/86).

Além das iniciativas previstas em lei a empresa propôs uma agenda de iniciativas chamada Agenda Positiva. De acordo com o site da mineradora, a agenda positiva tem como objetivo “atuar em parceria com a comunidade e autoridades do município (Prefeitura e Câmara Municipal) para promover a melhoria de qualidade de vida da população a partir de ações imediatas nas áreas de Educação, Saúde, Segurança, Infra-estrutura e Assistência Social”. Ainda na mesma fonte encontramos que as ações da agenda positiva são orçadas em R\$ 50 milhões, ao longo de todo o período de vida do empreendimento, ou seja, pelos próximos 70 anos. Hoje os investimentos da agenda positiva totalizam mais de R\$ 6 milhões.

Outro importante instrumento utilizado pela Alcoa será o modelo Juruti Sustentável, baseado em três pilares:

1. Conselho Juruti Sustentável: articulação e mobilização social, por meio das três esferas sociais (sociedade civil, poder público e empresas). “O Conselho é um órgão consultivo e observador do conjunto de atividades promovidas, seja por empresas ou poder público, para o desenvolvimento sustentável de Juruti”(ALCOA, 2008).
2. Projeto dos Indicadores: Tem como objetivo estabelecer junto à comunidade local, quais são os pontos mais importantes a serem monitorados, de forma a conceder à população uma ferramenta de mensuração e cobrança. Este projeto está sendo realizado pelo GVces (Centro de Sustentabilidade da FGV).

Enquanto realizávamos a pesquisa, esse grupo realizava consultas públicas nas comunidades, apresentando o projeto dos indicadores e explicando o que é como deveriam ser usados os indicadores. As comunidades, contudo, não pareciam entender que no futuro aquela ferramenta deveria ser utilizada pela comunidade e não pela FGV.

3. Fundo de Desenvolvimento Sustentável: Pretende desenhar um fundo monetário para o desenvolvimento sustentável de Juruti. O dinheiro deste fundo deve ser coletado por meio de doações, de instituições privadas, governamentais, ou não governamentais. A primeira doação será realizada pela mineradora.

Como se pode perceber, diversos programas estão sendo realizados em Juruti pela empresa. Serão apresentadas as transformações e mudanças percebidas após a chegada da Alcoa, os impactos diretos e indiretos observados no momento da realização da pesquisa de campo.

2. As transformações em Juruti

As obras que estão sendo realizadas pela empresa possuem uma dimensão muito mais complexa do que se possa imaginar. Elas geral hoje por volta de 3.000 empregos para os jurutienses, além de ter trazido aproximadamente mais de 5.000 pessoas de fora da cidade para trabalhar nas obras. Concomitantemente, muitas pessoas das cidades vizinhas vão para a cidade a procura de emprego e oportunidades. Empresas de diversas partes do país trabalham como terceirizadas a serviço da Alcoa, principalmente empresas de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, Juruti, que já sofria com a falta de saneamento básico, energia elétrica, habitação e muitos outros, não tem a infra-estrutura necessária para acolher todas essas pessoas.

Uma rodovia esta sendo asfaltada pela mineradora, localizada bem próxima do centro, e que atravessa algumas comunidades. Outro ponto importante é o porto, que parece não suportar a quantidade de barcos que atracam todos os dias e o número de pessoas que desembarcam em Juruti e embarcam para os mais variados lugares do Baixo Amazonas. A empresa também investe na construção de um porto específico para desembarque da bauxita e embarque de materiais necessários para a empresa. Outra grande obra é a própria mina. Ela servirá para o processo de beneficiamento e se encontra distante da cidade. Na realidade, a mina está localizada na parte sudoeste do município, na região de Juruti Velho.

Quando a empresa chegou ao município, existiam várias resistências a sua implantação e a forma como estava sendo conduzido o processo. Uma das áreas de maior resistência era a região de Juruti Velho, em função de muitos problemas que ocorreram no início do processo quando Juruti começava a ser prospectada para mineração. Hoje, o relacionamento ainda é bastante delicado. Muitas ações, por exemplo, que são propostas pela mineradora, direta ou indiretamente, costumam ser rejeitadas por estes comunitários, sendo necessário realizar o contato por outras vias, como, por exemplo, o estímulo a piscicultura que é feito pelo CNEC, uma das empresas contratadas pela Alcoa. É importante destacar que não são todos os comunitários daquela região que são resistentes a entrada da Alcoa em Juruti.

2.1. Questões Sociais

Muitas pessoas vão para a Juruti à procura de emprego e oportunidades. Muitos montam seu próprio negócio, e tentam ganhar suas vidas com aquele trabalho. Outros aproveitam as oportunidades que surgem, seja ela qual for. Essas novas pessoas que chegam à cidade não vão sozinhas. Em sua maioria, trazem consigo suas famílias. Essas famílias precisam de educação, saúde, emprego, segurança, habitação, entre tantas outras coisas.

Aqueles que vão para a cidade com emprego garantido, normalmente são enviados para a cidade pela Alcoa ou por empresas que está trabalhando para a mineradora nas construções, ou como prestadoras de serviços. Essas pessoas deixam suas famílias em suas cidades, para onde enviam seus salários. O seu custo de vida em Juruti é quase integralmente custeado pela mineradora. Esses trabalhadores visitam suas famílias uma ou duas vezes a cada bimestre, dependendo da política da empresa para qual trabalham.

Tendo esse fluxo de pessoas em vista, serão analisadas as transformações ocorridas na educação, saúde, consumo de álcool e drogas, prostituição e economia da cidade (emprego e renda).

2.1.1. Educação

No município de Juruti existem diversas comunidades afastadas do centro urbano da cidade. A distribuição demográfica dificulta a locomoção entre as comunidades para professores e alunos. Principalmente nas comunidades rurais, as escolas são carentes de infra-estrutura, muitas vezes havendo goteiras dentro da sala de aula. Em algumas comunidades, por haver poucas crianças, ou por haver poucos professores as escolas são multisseriadas, ou seja, em uma mesma sala de aula, com a mesma professora, têm crianças de diferentes séries aprendendo diferentes conteúdos. Esse contexto é típico da realidade amazônica.

A Alcoa contribuiu positivamente e negativamente para a educação da cidade. Se por um lado trouxe melhorias na infra-estrutura, trouxe também maior demanda por educação. De acordo com a Secretaria de Educação, devido ao aumento da demanda foi necessário instituir o horário intermediário, ou seja, um horário de aula entre o horário da tarde e da manhã. Apenas as comunidades previamente listadas como impactadas pelo empreendimento, de acordo com o estudo EIA/RIMA foram beneficiadas.

De forma a desenvolver a mão de obra da cidade, a população conta com diversos cursos técnicos de capacitação e formação profissional oferecidos por empresas contratadas, tais como CNEC, Terra Meio Ambiente, e por meio de parceria com o SENAI e o SENAC. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2007), cerca de 1950 foram qualificados em 2006.

Ao longo dos últimos anos vários cursos de graduação, como biologia, pedagogia, história, matemática, entre outros estão sendo oferecidos em Juruti. Como não existem faculdades no município, estes são importados de outras cidades, sendo realizados, apenas aos finais de semana, ou durante os meses de janeiro, julho e dezembro. Outros são cursos à distância, outros com uma parte presencial apenas durante os meses de janeiro, julho e dezembro.

É importante ressaltar que as melhorias advindas com a chegada da Alcoa surgiram pouco antes do início das construções da mineradora. Os “filhos de Juruti” não tiveram tempo suficiente para se prepararem para as mudanças, e por isso, hoje poucos são qualificados para trabalhar na extração do minério ou até mesmo na construção do beneficiamento, motivo pelo qual muitos trabalhadores são de outras cidades do Brasil.

2.1.2. Saúde

Com o aumento de número de pessoas na cidade houve um aumento também na demanda por saúde. Ao visitar o hospital,

a qualquer hora ou dia, percebe-se uma imensa fila, pessoas esperando para serem chamadas, tanto em emergência, quanto com consultas e exames marcados. Logo se percebe que o hospital não tem estrutura para atender tamanha demanda.

Existem ainda no centro urbano da cidade dois postos de saúde, onde estão sendo instaladas mais duas unidades básicas de saúde. Está em construção em duas comunidades uma unidade mista de saúde. Além disso, já foi concluída a construção de um instituto de pesquisas na cidade (Instituto Evandro Chagas).

O número de médicos no município parece não ser suficiente para atender a demanda. Há diversas razões para essa escassez. A principal razão citada pela Secretaria de Saúde foi o problema de ter que trazer médicos de fora da cidade. Eles normalmente não querem deixar suas cidades de origem, nem ao menos pelo alto salário que lhes é oferecido. Residem hoje na cidade apenas sete médicos, e existem mais três médicos que visitam a cidade uma vez por mês.

Ainda de acordo com a Secretaria da Saúde, hoje o sistema de saúde é informatizado, auxiliando na coleta de dados e no fluxo de informações. Nos últimos anos houve uma melhora no atendimento hospitalar, contudo, este não foi capaz de atender o aumento da demanda. A Secretaria da Saúde havia se planejado para atender a demanda antiga – não contaram com as recentes transformações da cidade: “Conseguimos cobrir nossa população, mas não as pessoas de fora”. Dessa forma, mesmo com a melhoria na saúde, a população ainda é prejudicada.

A qualidade e quantidade de estradas, auxilia no acesso às comunidades. De modo a atender o aumento da demanda, a Alcoa tem investido em um novo hospital (Hospital Comunitário de Juruti) e na construção de duas unidades mistas de saúde, e também na reforma do atual hospital da cidade, como previsto na agenda positiva.. Contudo, no momento da pesquisa, alguns habitantes da cidade diziam achar que o novo hospital seria apenas para atendimento dos funcionários da Alcoa, e a mesma opinião tinha uma funcionária da Secretaria da Saúde. De acordo com a funcionária, esta possível segregação é o motivo pelo qual a secretaria tem focado em melhorar o atendimento no atual hospital, e não considerar tanto os benefícios que o novo hospital pode trazer para a cidade.

Uma ACS (Agente Comunitária de Saúde) disse que algumas famílias de fora da cidade que estão morando em Juruti são resistentes ao atendimento dos ACS, dificultando assim o trabalho de prevenção realizado pelos mesmos.

Ao entrevistar um vereador da cidade, e posteriormente a Secretaria da Saúde, ambos relataram que houve um aumento expressivo do número de infectados por doenças sexualmente transmissíveis (DST), e a maioria dos casos seriam “importados”. Um dos motivos do número elevado de contaminados é o aumento da prostituição na cidade, como falaremos posteriormente.

2.1.3. Alcoolismo, Drogas e Prostituição

A cidade sempre teve, como todas as outras, problemas ligados à prostituição, drogas e alcoolismo. Contudo, muito se agravou devido à chegada da empresa. Seja pelo montante de pessoas, seja pelo crescimento da cidade, seja pela falta de consciência das pessoas. Problemas que concernem a alcoolismo, drogas e prostituição têm tomado proporções cada vez maiores. Mais uma vez não existem dados concretos, contudo, ao fazer a pesquisa de campo, não é difícil coletar percepções dos moradores da cidade, quanto a mudanças nesses aspectos.

Podemos iniciar pelo alcoolismo. A cidade sempre teve uma alta incidência de consumo de bebidas. Antes da chegada da Alcoa, de acordo com um membro da igreja católica, muitas pessoas se endividavam por causa da bebida.

Hoje, de acordo com as informações coletadas, o consumo alcoólico parece ter aumentado, e sua relação com acidentes de trânsito elevou-se, já que as pessoas dirigem alcoolizadas. As ruas e as calçadas são estreitas, e os pedestres poucas vezes andam nas calçadas. As ruas são mal iluminadas. Esse conjunto de fatores, associado ao consumo de bebidas alcoólicas pode dar margem a acidentes.

Uma cidade onde as leis de trânsito não surtem efeito, como é o caso da Lei Seca e da obrigatoriedade de possuir CNH para dirigir, a quantidade de acidentes tem sido intensificada. Vale relembrar que antigamente o número de carros e motocicletas era muito baixo frente ao tamanho da população, contudo esse número aumentou consideravelmente nos últimos anos. Embora existam dados do DETRAN (SEPOF, 2008b), mostrando que em 2005 e 2006, existiam 77 e 138 automóveis respectivamente, o que já mostra um aumento considerável no número de veículos, ao realizar a pesquisa de campo, percebe-se que este número é mais elevado. Além disso, vale lembrar que a cidade não possui DETRAN, o que dificulta o controle realizado pelo órgão.

A bebida não é agravante apenas no caso de envolvimento com carros ou motos. Há consumo excessivo por parte de jovens menores de 18 anos, que conseguem comprar a bebida por meio de terceiros. Houve também um aumento do consumo da bebida nos bairros periféricos e nas comunidades, o que muitas vezes está relacionado a casos de brigas e violências, de acordo com relatos de jurutienses.

Também há evidências de que houve um aumento da prostituição na cidade após a chegada da empresa. Durante a pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de entrevistar uma proprietária de uma casa de prostituição da cidade. Anos atrás havia apenas uma casa de prostituição na cidade, chamado “Casa da Gilda”, porém hoje há mais quatro casas. O bar “Casa de Gilda” é o mais antigo de todas as casas de prostituição, e o único pertencente a um jurutiense. De acordo com o Jornal “O Estado de São Paulo”, em Juruti há prostituição inclusive infantil. Os demais bares não são tão grandes como o “Casa da Gilda”, e em sua maioria as garotas de programa são de fora da cidade, bem como os novos proprietários.

Os bares são itinerantes, ou sejam, vão para a cidade que tem mais movimento, mais possibilidade de crescimento. Normalmente cidades em que alguma grande mineradora irá se instalar: “a gente já tá fazendo igual o pessoal da mineração. Eu to fazendo prospecção de onde vai ter outra mineradora. Parece que a próxima será em Monte Alegre e é pra lá que eu vou levar as meninas”, diz a dona de uma das casas. Algumas garotas chegam a ir para a cidade a procura de emprego, e como não encontram tornam-se garotas de programa. O aumento na oferta tem uma contrapartida: o número de homens na cidade.

De acordo com a Igreja Católica, o aumento da prostituição se dá também pela falta de princípios familiar. MAS Ao conversar com as profissionais (garotas de programa), percebe-se que muitas delas se prostituem pois é o único meio de sustentar suas famílias.

Quanto ao aumento da prostituição, principalmente a infantil, a Alcoa, mal se manifesta sobre o assunto. De acordo com a reportagem do Estado de São Paulo, no dia 08/09/2008, a Alcoa diz que “não há envolvimento direto de seus funcionários com a prática de exploração sexual de crianças em Juruti”. Ela diz também que o programa de combate à exploração sexual de crianças é feito em parceria com o Instituto WCF-Brasil. Além disso, recursos estão sendo destinados para reforçar a estrutura do Conselho Tutelar. Embora “a nota oficial não apresente nenhum registro nesse sentido”. Contudo, de acordo com o mesmo jornal “A servidora pública Varluce Augusta dos Santos, integrante da ronda, diz que a exploração sexual de crianças estava “incubada” - com a chegada da empresa o problema se tornou maior e visível”.

Com relação ao consumo de drogas, a melhoria nas estradas da cidade e a intensificação das rotas de barco na região pode ter influenciado o tráfico de drogas, que segundo relatos, passa por Juruti. O Rio Amazonas promove comunicação direta entre Belém e Colômbia, e na rota encontramos Juruti. De acordo com a Igreja Católica, já existia o consumo de drogas na cidade, porém, nos últimos três anos, esse vem se agravando.

Como forma de auxiliar no controle à violência e problemas sociais a Alcoa está investindo na ampliação da Delegacia

de Polícia Civil e na construção de alojamentos da polícia militar. Pretende também construir um Fórum de Justiça e garantir condições básicas para a futura instituição da Comarca e Defensoria Pública da cidade. Os números de guardas civis e policiais, contudo, continuam baixos, se comparado com a demanda de Juruti.

2.1.4. Emprego e renda

É comum ao visitarmos as comunidades de planalto, distantes ou não do centro urbano do município, encontrar plantação de mandioca e os equipamentos necessários para a produção da farinha de mandioca, biju e outros de seus derivados. A renda das famílias das comunidades é proveniente principalmente dessa produção. Outra parte da renda é proveniente da bolsa-família. Grande parte da população, seja ela urbana ou rural, tem direito a bolsa-família desde que seja comprovada a sua baixa renda. Há ainda famílias que possuiriam o direito à bolsa (se levado em consideração a renda das mesmas) se tivessem os documentos necessários para tal. Contudo, algumas pessoas nem ao menos tem documentos de identidade. De acordo com dados do IBGE, 41,53% das famílias não possuem rendimentos, ou seja, se declaram sem renda, e 39,55% das famílias têm renda inferior a um salário mínimo.

Para o recebimento da bolsa-família as pessoas têm que ficar um dia inteiro em uma fila, e apenas no final do dia conseguem receber seu benefício. O pagamento é feito em um caixa de uma farmácia, e é comum não haver “dinheiro trocado”. Às famílias são dadas as opções de pegar esse dinheiro em forma de raspadinha ou em forma de remédio. Além disso, precisam pagar seu transporte para chegarem à cidade e também um lanche no meio da tarde. Esses gastos, que podem nos parecer ínfimos, podem comprometer a renda do bolsa-família em até 30%.

No âmbito da produção agrícola, as famílias hoje têm consciência que há uma diminuição na demanda da macaxeira e seus derivados, e portanto, estão procurando novos produtos para cultivar. Há incentivos por do Sindicato dos Produtores Rurais, por meio da promoção da “Feira do Agricultor”, que acontece duas vezes por mês, porém atualmente grande parte do que ali se vende é macaxeira e seus derivados. Há por parte da Alcoa um projeto chamado Pajiroba. O projeto foi bastante citado tanto por municípios quanto por funcionários da Alcoa. O projeto reporta-se diretamente à Fundação Alcoa, nos EUA.

O projeto Pajiroba tem como premissa a participação ativa da comunidade. Isso faz com que o projeto seja mais demorado, porém, a comunidade realmente se apropria do projeto, fortalecendo as bases locais. Hoje o projeto está apenas em 20 comunidades (visto que a cidade possui mais de 150 comunidades), incluindo nessas comunidades afastadas da área urbana e comunidades de várzea. O projeto visa desenvolver as comunidades por meio da agricultura familiar, artesanato, avicultura, criação de caprinos e meliponicultura (produção de mel). De acordo com a coordenadora do projeto, as comunidades não utilizam o solo de forma sustentável e a função do projeto é utilizar o solo de forma correta, melhorando a produtividade, e também diversificando a produção. As comunidades que criam galinhas produzem também os milhos em suas terras, fazendo da criação de galinhas uma atividade sustentável para a comunidade. Outra prática adotada pelo projeto é a introdução de princípios de higiene para a produção. De acordo com a coordenadora: “é tão básica a necessidade deles que qualquer ação tem impacto”.

Uma questão bastante grave, tanto para os moradores da cidade quanto para a Alcoa, é a questão de mão de obra qualificada. Como esta é escassa, os moradores de Juruti perdem oportunidades de emprego por não terem melhores qualificações, e a mineradora perde por ter que contratar mão de obra de outras cidades, tendo assim que arcar com custos de transferência. Como já foi dito no tópico “educação”, apenas recentemente iniciaram-se cursos para qualificar os municípios, porém, estes não são suficientes para atender a demanda da Alcoa. A empresa, quando iniciou suas obras prometeu empregar 4500 pessoas, de acordo com um membro da Igreja Católica, contudo, quando começou a contratação pedia como pré-requisitos escolaridade e experiência com carteira assinada, o que muitos na cidade não possuíam observe que o número de estabelecimentos com vínculos empregatícios em 2003 era de apenas 11 (Fonte: MTB/RAIS).

Outro importante aspecto que deve ser comentado é a elevação do custo de vida na cidade. Conversando com moradores da cidade, esses relatam que os preços de produtos básicos como carne, arroz, feijão, verduras, entre tantos outros elevou-se consideravelmente após a chegada da Alcoa.

2.2. Questões Ambientais

2.2.1. Poluição do ar

Juruti não possui placas indicando a qualidade do ar. Os indicadores tornam-se os próprios moradores que ressaltam o problema da poeira que infesta a cidade em função das construções que ocorrem por toda parte na cidade, somando-se a isso o aumento no fluxo dos veículos. O caminhão pipa que passa de tempos em tempos pelas ruas, diminui apenas momentaneamente o problema. Durante a maior parte do tempo, os moradores sofrem com a poeira avermelhada que dificulta a respiração e gera ardência nos olhos. Além disso, existe a questão das queimadas, usadas como técnica para preparação para o plantio, que geram bastante desconforto, comentado pelos próprios comunitários.

O impacto é visível na área da saúde. Uma das responsáveis pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) informou durante a entrevista na Secretaria da Saúde que, desde a chegada da mineradora, “a cidade tá mais quente, a água é mais barrenta nos Igarapés, há muito desmatamento, principalmente por parte da Alcoa”. Em relação a este comentário é preciso destacar a diferença entre os dois tipos de desmatamento. O desmatamento feito de forma legal, como no caso da Alcoa, e o desmatamento ilegal realizado por grileiros, madeireiros e até mesmo pelos próprios comunitários. Por mais que exista o licenciamento no primeiro caso citado, o impacto gerado é visível. A empresa inclusive possui consciência deste fato e realiza um sério programa de reflorestamento por área que será implementado de acordo com o fim da exploração em cada área. Além disso, a poeira vem provocando doenças respiratórias em crianças e o aumento no atendimento nos postos chegou a subir: “Antigamente eram realizados uma média de apenas 3 inalações infantis diárias, mas hoje esse número cresceu para uma média de 10 a 20 inalações diárias”, disse a entrevistada do PACS.

2.2.2. Lixo

Os caminhões de lixo saem diariamente da Secretaria de Infra-Estrutura, percorrendo alguns pontos de coleta até o despejo dos resíduos no lixão. Até 2005, o lixo produzido demandava o uso de três veículos que faziam quatro viagens até o aterro. Atualmente são usados seis veículos e cinco viagens. A coleta acompanhou o crescimento da geração de lixo, que hoje é quase o dobro do que era antes do início das atividades da Alcoa. A capacidade de geração de lixo passou de 44 para cerca de 82 toneladas, de acordo com cálculos feitos a partir de conversas com motoristas e coletores de lixo. O cálculo tem como base a quantidade de viagens que são feitas atualmente para transporte de todo o lixo da cidade para a área de despejo, uma vez que, segundo as fontes, os caminhões realizam o transporte com uso quase total da capacidade máxima.

O lixo coletado é depositado sem tratamento, e embora já tenham sido realizados vários aterramentos no local, há uma demanda por novas áreas de depósito para os resíduos sólidos e possivelmente, no médio prazo, uma necessidade de melhor planejamento.

Vale destacar o pequeno comércio de latinhas de alumínio descartadas, seja no lixão ou em outras áreas da cidade, que se iniciou. Segundo um comerciante de latinhas de alumínio, “[...] a produção de latinha aumentou em torno de 100%. Dobrou a produção”. A produção é vendida, principalmente, para Manaus, em função do preço mais atraente, apesar de o risco de ser abordado em uma fiscalização ser muito alto e para Santarém a produção ser isenta de imposto interestadual (ICMS).

2.2.3. Desmatamento

Juruti possui 8307 km² de extensão. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), até 2000, a área de desflorestamento correspondia a 12% do total da área do município, ou seja, a 1024 km². Esta área desflorestada aumentou, até 2007, para 1116 km², ou seja, 13% da área de Juruti. Já o estado do Para sofreu um desmatamento que variou de 146684 km² (11,74% da área do estado) em 2000 para 218369 km² (17,48% da área) em 2007.

Desta forma, apesar de Juruti não ter sofrido, até este momento, grandes impactos sobre sua área florestal, é provável que esta região sofra maior variação de desflorestamento futuramente, tal como vem sendo percebidos no próprio Estado. A atenção e visualização constante das áreas de desmatamento tornam-se fundamentais para a visualização e controle dos impactos das transformações pelas quais passa, hoje, Juruti.

2.3. Infra-Estrutura

2.3.1. Habitação

A chegada da Alcoa à cidade trouxe consigo milhares de homens para trabalhar na construção do porto, das estradas, das ferrovias e do beneficiamento. Quando a Alcoa e as empresas contratadas chegaram à cidade, precisavam de lugar para instalar seus funcionários. A cidade, entretanto, não possuía este tipo de estrutura. Para não segregar seus funcionários e auxiliar a economia local, a Alcoa decidiu não fazer alojamentos afastados da cidade, como normalmente acontece em projetos de mineração. A empresa optou por alugar quartos em hotéis e casas na cidade. Entretanto, com a alta na demanda e uma baixa oferta de opções de moradia, o preço dos aluguéis se tornou cada vez mais alto, de forma que a especulação imobiliária tornou-se realidade em Juruti. Hoje, tornou-se comum um mesmo imóvel receber diferentes propostas de aluguel no mesmo dia, de forma semelhante a um leilão. A disputa pelos imóveis da cidade tornou-se tão intensa que os próprios moradores estão saindo de suas casas para garantir uma renda maior a partir deste aluguel. A construção de pequenos cômodos, os chamados “puxados”, no fundo da própria propriedade ou na propriedade de algum parente ou amigo tornou-se a alternativa para estes moradores.

Essa especulação de preço e alta no mercado imobiliário levou inclusive a invasão de um grande terreno localizado ao lado da rodovia já na entrada do município. Segundo relatos, o perfil dos invasores não é o de pessoas sem moradia, muito pelo contrário, a maior parte das invasões é feita por pessoas que moram em Juruti e que já possuem residência. Existem inclusive casos de pessoas que foram contratadas por pessoas interessadas na especulação imobiliária para se instalarem temporariamente na área invadida, ou seja, com a finalidade clara de venda do terreno quando tiverem o documento da terra. O interessante é que as casas que foram construídas na área da invasão não são apenas casas simples feitas de madeira, muitas são de alvenaria, sendo inclusive possível perceber a formação de comércio nos arredores da invasão para a venda de materiais de construção.

Houve também um sério problema com as famílias residentes nas comunidades afetadas pelas construções da mineradora, em especial com a região de Juruti Velho. A região de Juruti Velho tem uma associação chamada Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACOMJURV) que luta contra a chegada da Alcoa e acredita na saída da empresa do município. A região de Juruti Velho será a mais afetada pela implantação da mina e do processo de extração de bauxita. Para agravar esse problema, quando a Alcoa chegou à cidade comprou diversos terrenos nessa região de forma individual, ou seja, negociou com cada morador separadamente. Consequentemente, muitos receberam valores ínfimos por suas terras e hoje não possuem nada. A luta da ACOMJURV é exatamente contra esse formato de negociação, uma vez que acredita que a negociação deveria ter sido feita de forma coletiva, de modo que tivessem maior poder de negociação e receberiam os benefícios de forma conjunta. Além disso, existe a questão da falta de documentação das

terras. A ACOMJURV entrou recentemente com processo de criação de assentamento, de forma que o documento será coletivo. Uma questão que não foi considerada pela empresa foi a existência de comunidades tradicionais na região e seu modo próprio de relacionamento.

Os moradores de Juruti, após venderem seus terrenos tinham muita dificuldade em administrar seu dinheiro. Isso é um problema ainda maior quando se trata dos terrenos nas partes rurais da cidade. Para essas pessoas, o terreno não era apenas um lar, mas também uma área de onde tiravam seu sustento e principal fonte de renda. Muitos não percebem o valor do próprio terreno e dos benefícios que este gera de forma que se deslocam para o centro da cidade sem ter muitas oportunidades e sem novas fontes de sobrevivência. A igreja católica afirma atuar tentando conscientizar as pessoas sobre isso, porém nem sempre é bem sucedida.

2.3.2. Comunicação e Transporte

Existem dois tipos de transporte em Juruti: o de passageiros e o de cargas. O transporte é fundamental para o escoamento dos produtos produzidos nas comunidades para comercialização em outras regiões. É necessário também para o transporte de pessoas, como professores, alunos, doentes e para a própria mobilização das pessoas dentro do município. Pode ser analisado que o transporte de pessoas e de cargas é realizado no mesmo meio de transporte, ônibus ou caminhões, que fazem rotas em algumas regiões.

Uma necessidade latente é quando alguém adoece, que precisa ser levado para a cidade. O município carece de ambulâncias, tendo dificuldade em atender as demandas do próprio centro da cidade, quanto mais de comunidades que ficam a quilômetros de distâncias, no caso das comunidades de planalto, muitas vezes sem acesso a estradas. No caso das comunidades de várzea, fala-se das ambulanchas, necessárias para as comunidades em que não é possível chegar por estradas.

Com relação aos meios de transporte, a qualidade deixa a desejar e as pessoas sentem isso no dia-a-dia. Já a qualidade das estradas melhorou consideravelmente ao longo do tempo. Na cidade houve um grande aumento da disponibilidade de carros e motos, tanto particulares quanto privados, que no caso são os táxis e os moto-táxi. Segundo dados do Detran, a cidade possuía em 2000, 15 veículos cadastrados. Em 2005, o número passou para 77. A maior parte destes veículos são as motos, sempre dirigidas sem o uso de capacetes. Existe uma intensa circulação de ônibus na cidade que são disponibilizados pela empresa para seus funcionários, transportando-os dos afastados alojamentos para o centro urbano. Apenas em algumas comunidades que visitamos nos afirmaram haver um ônibus que passava na estrada em alguns horários.

Os meios de comunicação em Juruti são bastante precários. Na maioria das comunidades não é possível encontrar telefones públicos e, mesmo nas que existem, muitos deles não funcionam. A internet só é possível de ser encontrada na parte urbana do município em lan houses, nos escritórios das empresas e em algumas poucas casas. Desta forma, o rádio acaba tendo um papel estratégico e eficiente para manter a comunicação entre as pessoas. Nas comunidades esse é o único meio acessível e muito utilizado para envio de recados.

Também é importante relatar que são poucas as pessoas que possuem CHN (Carteira nacional de habilitação). Para tirar a carteira, a população precisa se deslocar até Santarém para realizar as provas. Dessa forma, além do pagamento para a realização do teste, a pessoa precisa bancar o deslocamento para Santarém, dificultando bastante este processo. Ter ou não ter a carteira de habilitação não impede a utilização de veículos pelos comunitários, nem mesmo da locação de veículos nas locadoras existentes em Juruti onde pede-se como documento a carteira de habilitação “ou” o RG. A falta de instrução dos motoristas da própria cidade ou região, excluindo-se os funcionários da Alcoa e das empresas terceirizadas que possuem obrigatoriamente carteira de habilitação atualizada, proporciona um aumento do índice de acidentes.

3. Conclusão

Desde o momento em que tomou conhecimento da chegada da Alcoa, a cidade de Juruti sofreu diversas transformações. Cada pessoa que chegou, cada nova empresa, fez mudar toda a configuração da cidade. É impossível contabilizar os inúmeros impactos que um empreendimento como este pode levar à uma cidade – esses foram apenas algumas das diversas transformações que a cidade enfrenta nos últimos anos.

É necessário, contudo, que os agentes dessas transformações estejam conscientes do quanto uma realidade pode ser transformada, quando se inicia um empreendimento como este. Não apenas os dirigentes da cidade e da empresa deveriam ter este conhecimento, mas também aqueles que serão envolvidos diretamente com as transformações, aqueles que “nasceram em Juruti, viveram em Juruti, e morrerão por aquela terra”, como um disse um morador do município.

Em nossa pesquisa constatamos diversos problemas de comunicação entre o governo, a sociedade e a empresa. Informações mal interpretadas, informações escondidas, pessoas mal informadas. A falta de informação provocou problemas tanto para a mineradora, o que dificultou a sua implementação, quanto para a sociedade, que não sabia e não sabe qual vai ser o futuro de sua cidade. Ambos os problemas trazem vestígios até os dias atuais, o que é em parte representado pela resistência da comunidade de Juruti Velho, que ainda acredita que a força coletiva pode resistir e mudar a configuração atual. Quem sabe até criar resistência contra a própria Alcoa até o ponto de retirá-la da cidade, sem iniciar a exploração.

Durante a pesquisa, observamos que problemas também foram encontrados em relação aos valores das duas partes mais afetadas: a empresa e a sociedade. É dispensável falarmos aqui o que motiva uma empresa e suas atividades – a geração de lucro para seus sócios. A sociedade por outro lado, valoriza questões sociais, de igualdade e de valorização do meio ambiente, dão mais valor a floresta amazônica e a sociedade em que moram. A busca pelo desenvolvimento pode ser relativa. Desenvolvimento depende dos seus valores, do seu objetivo, e isto fica muito claro quando contrapomos a opinião dos funcionários da Alcoa, dos jurutienses, e também daqueles que migraram para Juruti recentemente.

É importante ressaltar a atuação da empresa em seus projetos sociais. Não se trata apenas de quererem o bem da cidade, mas sim amenizar os impactos que esta ocasionou no município. Preparar a cidade para sua chegada, não é um ato de boa vontade, mas uma obrigação para com a sociedade que sofre grandes mudanças em seus valores, suas culturas, suas tradições e sua economia.

4. Referências bibliográficas

ALCOA. Conselho Juruti Sustentável. Mina de Juruti, Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti_conselho.asp> Acesso em: 02. nov. 2008

_____. Visão Geral. Disponível em: http://www.alcoa.com/brazil/pt/alcoa_brazil/overview.asp Acesso em: 26 set 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO ALUMÍNIO (ABAL) Alumínio: um metal sustentável. Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://abal.org.br/desenvsust/metal_sust.asp> Acesso em 26 set. 2008

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Meio Ambiente, Perguntas Frequentes. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/ambiente/faq.asp> Acesso em: 26 set. 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). Alcoa capacita mão-de-obra em Juruti para indústria da mineração. Notícia. 21 nov. 2007. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/003/00301009.asp?tt_CD_CHAVE=47225> Acesso em: 29. set. 2008

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Projeto Prodes: Desmatamento nos Municípios. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php> Acesso em: 01 out 2008

MONTEIRO, M. A. Amazônia: mineração, tributação e desenvolvimento regional. Novos Cadernos do NAEA. Belém, v. 7, n. 2, p. 159-186, dez. 2004.

NOSSA, L. Voluntárias dispensam polícia na luta contra prostituição infantil. O Estado de São Paulo. Cidades, Geral. 08 set. 2008. Disponível em: http://www.estadao.com.br/cidades/not_cid237807,0.htm Acesso em: 30. set. 2008

PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI. Dados gerais. Disponível em: <http://www.pmjuruti.pa.gov.br/portal1/dado_geral/mumain.asp?iIdMun=100115063> Acesso em 29 set 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em: 20 set. 2008

SEPOF. Região do Baixo Amazonas. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/portal/ptp/regiao-do-baixo-amazonas.asp#regioes> Acesso em: 27 set. 2008a

_____. Estatística Municipal: Juruti. Relatório Técnico, 2008b

SILVA, M. A. R. Royalties da Mineração. Novos Cadernos do NAEA, Belém., v. 1, n 2, 1998.

SOUZA, P. F. As Minas de bauxita e a Reestruturação do Médio-Baixo Amazonas-PA. In: VI Encontro Nacional da ANPEGE. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005

WIKIPEDIA. Mesorregião do Baixo Amazonas. Disponível em : <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Baixo_Amazonas> Acesso em 22 set 2008.